

LILIANA MARIA GONÇALVES RODRIGUES DE GÓIS
ORGANIZADORA

CIÊNCIAS SOCIAIS E SUAS REFLEXÕES



CURITIBA
EDITORA REFLEXÃO ACADÊMICA
2026



Liliana Maria Gonçalves Rodrigues de Góis
Organizadora

Ciências Sociais e suas Reflexões



Reflexão
Acadêmica
editora

Curitiba
2026

Copyright © Editora Reflexão Acadêmica
Copyright do Texto © 2026 O Autor
Copyright da Edição © 2026 Editora Reflexão Acadêmica
Editora-Chefe: Prof^a. Msc. Barbara Luzia Sartor Bonfim Catapan
Diagramação: Editora
Edição de Arte: Editora
Revisão: O Autor

O conteúdo do livro e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva da autora. É permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos a autora, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial:

Prof^a. Msc. Rebeka Correia de Souza Cunha, Universidade Federal da Paraíba - UFPB

Prof. Msc. Andre Alves Sobreira, Universidade do Estado do Pará - UEPA

Prof^a. Dr^a. Clara Mariana Gonçalves Lima, Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP

Prof^a. PhD Jalsi Tacon Arruda, Centro Universitário de Anápolis - UniEVANGÉLICA

Prof^a. Dr^a. Adriana Avanzi Marques Pinto, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - UNESP

Prof. Dr. Francisco Souto de Sousa Júnior, Universidade Federal Rural do Semi-Árido - UFRSA

Prof. Dr. Renan Gustavo Pacheco Soares, Universidade Federal de Pernambuco - UFPE

Prof. Dr. Sérgio Campos, Faculdade de Ciências Agrônomicas, Brasil.

Prof. Dr. Francisco José Blasi de Toledo Piza, Instituição Toledo de Ensino, Brasil.

Prof. Dr. Manoel Feitosa Jeffreys, Universidade Paulista e Secretaria de Educação e Desporto do Amazonas, Brasil.

Prof^a. Dr^a. Mariana Wagner de Toledo Piza, Instituição Toledo de Ensino, Brasil.

Prof. Msc. Gleison Resende Sousa, Ananguera Polo Camocim, Brasil.

Prof^a. Msc. Raiane Vieira Chaves, Universidade Federal de Sergipe, Brasil.

Prof^a. Dr^a. Thalita Siqueira Sacramento, Escola da Natureza- Secretaria de Educação do Distrito Federal, Brasil.

Prof. Msc. André Luiz Souza, Universidade Federal do Triângulo Mineiro, Brasil.

Prof^a. Dr^a. Leonice Aparecida de Fatima Alves Pereira Mourad, Universidade Federal de Santa Maria, Brasil.

Prof^a. Dr^a. Lenita de Cássia Moura Stefani, Universidade do Estado de Santa Catarina, Brasil.

Prof.^a Msc. Vanesa Nalin Vanassi, Universidade do Estado de Santa Catarina, Brasil.
Prof.^a Dr.^a Khétrin Silva Maciel, Universidade Federal do Sul da Bahia, Brasil.
Prof.^a Dr.^a Adriana Crispim de Freitas, Universidade Federal do Maranhão, Brasil.
Prof. Esp. Richard Presley Silva Lima Brasil, Centro De Educação Superior De Inhumas Eireli, Brasil.
Prof.^a Dr.^a Vânia Lúcia da Silva, Universidade Federal de Juiz de Fora, Brasil.
Prof.^a Dr.^a Anna Maria de Oliveira Salimena, Universidade Federal de Juiz de Fora, Brasil.
Prof.^a Dr.^a Maria Clotilde Henriques Tavares, Universidade de Brasília, Brasil.
Prof.^a Dr.^a Márcia Antonia Guedes Molina, Universidade Federal do Maranhão, Brasil.
Prof. Msc. Mateus Veppo dos Santos, Centro Universitário Euro-Americano, Brasil.
Prof.^a Msc. Adriana Xavier Alberico Ruas, Funorte, Brasil.
Prof.^a Msc. Eliana Amaro de Carvalho Caldeira, Centro Universitário Estácio - Juiz de Fora MG, UFJF, Brasil.
Prof. Msc. João Gabriel de Araujo Oliveira, Universidade de Brasília, Brasil.
Prof.^a Dr.^a Anísia Karla de Lima Galvão, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, Brasil.
Prof.^a Dr.^a Rita Mônica Borges Studart, Universidade de Fortaleza, Brasil.
Prof.^a Msc. Adriane Karal, UDESC/UCEFF, Brasil.
Prof.^a Msc. Darlyne Fontes Virginio, IFRN, Brasil.
Prof.^a Msc. Luciana Mação Bernal, Universidade Federal de São Carlos, Brasil.
Prof. Dr. Roberto José Leal, Escola de Enfermagem Anna Nery / Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil.



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Ciências Sociais e suas Reflexões / Liliana Maria
Gonçalves Rodrigues de Góis. Curitiba: Editora Reflexão
Acadêmica, 2026.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui: Bibliografia

ISBN: 978-65-6153-016-3

DOI: 10.51497/reflex.978-65-6153-016-3

1. Sociedade. 2. Cultura. 3. Cidadania

I. Góis, Liliana Maria Gonçalves Rodrigues de. II. Título.

Editora Reflexão Acadêmica
Curitiba – Paraná – Brasil
contato@reflexaoacademica.com.br

APRESENTAÇÃO

O livro Ciências sociais e suas reflexões apresenta-se como uma obra relevante para a compreensão dos fenômenos que permeiam a vida em sociedade e das diferentes perspectivas utilizadas para analisá-los. Com uma abordagem ampla, a obra propõe reflexões sobre as relações sociais, as transformações culturais, os desafios contemporâneos e os diversos processos que influenciam a organização das sociedades.

Ao valorizar a integração entre teoria e prática, o livro contribui para o desenvolvimento de análises críticas e contextualizadas acerca das dinâmicas sociais, incentivando o aprofundamento do debate acadêmico e a construção de conhecimentos interdisciplinares. A obra reúne diferentes perspectivas que enriquecem a compreensão da realidade social e ampliam as possibilidades de interpretação dos fenômenos humanos.

Recomenda-se a leitura a professores, estudantes e profissionais das áreas de ciências sociais e afins, bem como a todos aqueles interessados em ampliar seus conhecimentos sobre a sociedade e suas múltiplas dimensões. Trata-se de uma obra que estimula o aprendizado, a reflexão e o desenvolvimento de uma visão crítica e abrangente sobre o mundo social.

SUMÁRIO

CAPÍTULO 01	8
PSICOLOGIA CONTEMPORÂNEA E SAÚDE MENTAL:DESAFIOS EM UMA SOCIEDADE HIPERCONECTADA	
Ricardo Luiz Alves	
Regianne Antunes Dourado	
Rylla Érika Bezerra de Lima	
Priscyla Paulina Silva	
Laís Fernanda Tenório Lins	
Livia Colazante Moyano Malara	
Diogo Henrique Juliano Pinto de Moura	
DOI: 10.51497/reflex.978-65-6153-016-3_1	
CAPÍTULO 02	25
RACISMO ESTRUTURAL E SAÚDE MENTAL: CONTRIBUIÇÕES DA PSICOLOGIA SOCIAL CRÍTICA PARA A COMPREENSÃO DOS PROCESSOS DE SUBJETIVAÇÃO EM POPULAÇÕES NEGRAS	
Gilson Ferreira de Moura Júnior	
DOI: 10.51497/reflex.978-65-6153-016-3_2	

CAPÍTULO 01



PSICOLOGIA CONTEMPORÂNEA E SAÚDE MENTAL: DESAFIOS EM UMA SOCIEDADE HIPERCONECTADA

Ricardo Luiz Alves

Mestrando em Educação
Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL)
E-mail: ricardoluizalves.psi@gmail.com

Regianne Antunes Dourado

Pós-Graduada em Enfermagem Neonatal
Universidade Federal do Ceará (UFCE)
E-mail: regianneantunes77@gmail.com

Rylla Érika Bezerra de Lima

Mestre em Gestão Pública
Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)
E-mail: rylla.lima@ufpe.br

Priscyla Paulina Silva

Graduada em Psicologia
Universidade Federal dos Vales Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM)
E-mail: priscylapaulinapsi@gmail.com

Lais Fernanda Tenório Lins

Mestranda em Saúde da Família
Universidade Federal de Rondônia (UNIR)
E-mail: lins.lais@gmail.com

Livia Colazante Moyano Malara

Mestre em Psicologia
Universidade de São Paulo (USP)
E-mail: lcmmalara@uniara.com.br

Diogo Henrique Juliano Pinto de Moura

Graduando em Medicina
Faculdade Serra Dourada - Serra Dourada
E-mail: diogohjmoura@gmail.com

RESUMO: A sociedade contemporânea, marcada pela hiperconectividade, tem provocado transformações significativas nos modos de vida, impactando diretamente a saúde mental. Este estudo teve como objetivo analisar os desafios da psicologia contemporânea frente aos efeitos da hiperconectividade, por meio de uma revisão

integrativa da literatura. A busca foi realizada nas bases SciELO, BVS, BDEF e Latindex, considerando publicações entre 2022 e 2026, nos idiomas português e inglês. Os resultados evidenciaram que o uso excessivo de tecnologias digitais está associado ao aumento de transtornos mentais, como ansiedade, depressão e estresse, além de prejuízos cognitivos, incluindo dificuldades de atenção e memória. Observou-se também a fragilização das relações interpessoais, a intensificação da medicalização da vida cotidiana e a sobrecarga emocional no ambiente laboral. Por outro lado, as tecnologias digitais apresentam potencial para ampliar o acesso aos serviços de saúde mental, especialmente por meio do atendimento online. Conclui-se que a hiperconectividade constitui um fenômeno complexo, que demanda abordagens interdisciplinares e estratégias de promoção do uso saudável das tecnologias, visando à proteção e ao fortalecimento da saúde mental na sociedade contemporânea.

PALAVRAS-CHAVE: ansiedade digital, hiperconectividade, psicologia contemporânea, saúde mental, tecnologias digitais.

ABSTRACT: A sociedade contemporânea, marcada pela hiperconectividade, tem provocado transformações significativas nos modos de vida, impactando diretamente a saúde mental. Este estudo teve como objetivo analisar os desafios da psicologia contemporânea frente aos efeitos da hiperconectividade, por meio de uma revisão integrativa da literatura. A busca foi realizada nas bases SciELO, BVS, BDEF e Latindex, considerando publicações entre 2022 e 2026, nos idiomas português e inglês. Os resultados evidenciaram que o uso excessivo de tecnologias digitais está associado ao aumento de transtornos mentais, como ansiedade, depressão e estresse, além de prejuízos cognitivos, incluindo dificuldades de atenção e memória. Observou-se também a fragilização das relações interpessoais, a intensificação da medicalização da vida cotidiana e a sobrecarga emocional no ambiente laboral. Por outro lado, as tecnologias digitais apresentam potencial para ampliar o acesso aos serviços de saúde mental, especialmente por meio do atendimento online. Conclui-se que a hiperconectividade constitui um fenômeno complexo, que demanda abordagens interdisciplinares e estratégias de promoção do uso saudável das tecnologias, visando à proteção e ao fortalecimento da saúde mental na sociedade contemporânea.

KEYWORDS: contemporary psychology, digital Technologies, hyperconnectivity, mental health, digital anxiety.

1. INTRODUÇÃO

A psicologia contemporânea tem sido desafiada a compreender as transformações subjetivas decorrentes da intensificação das tecnologias digitais, especialmente em uma sociedade marcada pela hiperconectividade. Nesse cenário, a saúde mental emerge como um campo de crescente complexidade, atravessado por fatores sociais, econômicos e tecnológicos que influenciam diretamente os modos de viver, sentir e se relacionar. A ampliação do acesso às redes digitais, embora proporcione novas formas de interação e produção de conhecimento, também está associada a processos de adoecimento psíquico, como ansiedade, depressão e estresse, evidenciando a necessidade de uma análise crítica e multidimensional desse fenômeno (Vidal *et al.*, 2025).

A hiperconectividade tem modificado significativamente as dinâmicas de identidade e pertencimento social, sobretudo entre adolescentes e jovens adultos, que vivenciam intensamente a construção de si no ambiente virtual. A identidade digital, nesse contexto, torna-se um espaço de disputa simbólica, influenciado por padrões sociais e culturais que podem gerar sofrimento psíquico e fragilização da autoestima (Barros, 2025). Paralelamente, observa-se o crescimento da medicalização da vida cotidiana, especialmente entre crianças e jovens da chamada Geração Alpha, indicando uma tendência de patologização de comportamentos e emoções que, muitas vezes, estão relacionados às exigências do mundo digital (Camargo & Oliveira, 2026).

Além disso, o uso excessivo das tecnologias digitais têm impactado diretamente funções cognitivas essenciais, como atenção, memória e regulação emocional, contribuindo para quadros de sobrecarga mental e dificuldade de concentração (Souza *et al.*, 2026). Esse fenômeno é intensificado pela chamada “infoxicação”, caracterizada pelo excesso de informações e pela sensação constante de urgência, que afetam não apenas o bem-estar individual, mas também as relações de trabalho e a qualidade de vida (Silva, 2025). No ambiente acadêmico, por exemplo, a relação entre tecnologia e saúde mental tem se manifestado no aumento do uso de psicofármacos como estratégia de enfrentamento das demandas contemporâneas (Santos *et al.*, 2025).

Diante desse contexto, evidencia-se um problema central: como a psicologia contemporânea pode compreender e intervir nos impactos da hiperconectividade

sobre a saúde mental? A relevância deste estudo justifica-se pela necessidade de aprofundar o entendimento sobre os efeitos psicossociais das tecnologias digitais, contribuindo para práticas profissionais mais críticas e humanizadas. Ademais, destaca-se a importância de estratégias interdisciplinares que considerem tanto os benefícios quanto os riscos associados ao uso das tecnologias, inclusive no campo educacional (Berro *et al.*, 2025) e nas políticas de atenção à saúde mental, especialmente entre populações vulneráveis, como adolescentes em risco de sofrimento psíquico e comportamento suicida (Barboza *et al.*, 2025).

Assim, o presente estudo tem como objetivo analisar os principais desafios da psicologia contemporânea no enfrentamento das demandas em saúde mental em uma sociedade hiperconectada, buscando compreender os impactos das tecnologias digitais nos processos subjetivos e propor reflexões que subsidiem práticas de cuidado mais integradas e eficazes.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

A psicologia contemporânea tem se debruçado sobre os impactos da hiperconectividade na subjetividade humana, especialmente no que se refere às transformações nas relações sociais, nos modos de *modo* e nos processos de adoecimento psíquico. Nesse contexto, a literatura recente aponta para uma intensificação do sofrimento mental associada ao uso excessivo de tecnologias digitais, evidenciando uma sociedade marcada pelo cansaço, pela aceleração e pela constante exposição a estímulos informacionais. Conforme destaca Gomes Neto *et al.* (2025), a sociedade atual tem produzido indivíduos sobrecarregados, em que o excesso de demandas cognitivas e emocionais contribui significativamente para o desenvolvimento de transtornos mentais, sobretudo no ambiente laboral.

Sob essa perspectiva, Cardim (2022) analisa criticamente a relação entre tecnologia e trabalho, evidenciando a emergência de novas formas de exploração mediadas por dispositivos digitais. Para o autor,

a servidão digital no trabalho contemporâneo se manifesta por meio da constante vigilância, da ampliação da jornada laboral e da dissolução das fronteiras entre tempo de trabalho e tempo de descanso, configurando uma forma moderna de escravidão, na qual o trabalhador permanece permanentemente conectado e disponível (Cardim, 2022, p. 98).

Essa lógica de hiperdisponibilidade contribui diretamente para o desgaste psíquico e para a precarização da saúde mental dos trabalhadores, sendo reconhecida também como um desafio jurídico e social no campo dos direitos fundamentais (Santos & Almeida, 2026).

No âmbito das relações sociais, Cavalcante (2025) problematiza a aparente paradoxalidade da hiperconectividade, na qual o aumento das conexões digitais não necessariamente se traduz em vínculos afetivos mais sólidos. Ao contrário, observa-se uma tendência à superficialização das relações, marcada pela fragilidade dos laços sociais e pela sensação de isolamento. Esse fenômeno é particularmente evidente entre crianças e adolescentes, cuja socialização tem ocorrido, cada vez mais, mediada por telas, o que pode comprometer o desenvolvimento emocional e interpessoal (Lubian, 2025; Rosa & Rutsatz, 2025).

Além disso, o impacto das tecnologias no desenvolvimento cognitivo tem sido amplamente discutido na literatura. Costa Júnior *et al.* (2026a; 2026b) apontam que o uso intensivo de dispositivos digitais pode afetar negativamente a capacidade de concentração, o pensamento crítico e o desempenho acadêmico, configurando um “impacto invisível” que se manifesta de forma gradual, porém significativa. Essa realidade é agravada pela chamada ansiedade digital, caracterizada por estados de inquietação e dependência tecnológica, especialmente entre adolescentes (Marques & Lima, 2025).

Outro aspecto relevante refere-se à construção simbólica do sofrimento psíquico nas redes sociais, como evidenciado por Machado *et al.* (2025), que analisam a disseminação de memes autodepreciativos e conteúdos associados ao humor suicida. Segundo os autores,

os memes autodepreciativos funcionam como mecanismos de expressão do sofrimento psíquico, ao mesmo tempo em que banalizam temas sensíveis como o suicídio, contribuindo para a naturalização da dor emocional e dificultando a busca por ajuda profissional (Machado *et al.*, 2025, p. 7).

Essa dinâmica revela uma complexa interação entre cultura digital e saúde mental, na qual o sofrimento é simultaneamente expresso e silenciado.

Por outro lado, a literatura também aponta possibilidades de resignificação das práticas psicológicas diante desse cenário. Postigo e Andrade (2024) destacam o potencial do setting psicanalítico virtual como ferramenta de ampliação do acesso ao

cuidado em saúde mental, rompendo barreiras geográficas e promovendo maior democratização dos serviços psicológicos. Contudo, os autores ressaltam a necessidade de adaptações éticas e técnicas para garantir a qualidade do atendimento nesse novo contexto.

Ademais, Ramiro e Albuquerque (2024) introduzem a discussão sobre a psicopolítica, evidenciando como as tecnologias digitais podem ser utilizadas como instrumentos de controle e modulação do comportamento humano, influenciando desejos, emoções e decisões de forma muitas vezes imperceptível. Essa perspectiva crítica reforça a necessidade de uma atuação mais reflexiva da psicologia frente às novas formas de poder que emergem na era digital.

Dessa forma, a revisão da literatura evidencia que a hiperconectividade, embora traga avanços significativos, também impõe desafios complexos à saúde mental, exigindo da psicologia contemporânea uma abordagem crítica, interdisciplinar e sensível às múltiplas dimensões do sofrimento humano em uma sociedade cada vez mais mediada por tecnologias.

3. METODOLOGIA

O presente estudo caracteriza-se como uma revisão integrativa da literatura, método que permite a síntese do conhecimento científico de forma ampla e sistematizada, possibilitando a compreensão aprofundada de fenômenos complexos, como a relação entre psicologia contemporânea, saúde mental e hiperconectividade. Esse tipo de revisão favorece a integração de resultados de diferentes abordagens metodológicas, contribuindo para a construção de evidências teóricas e práticas relevantes para o campo da saúde.

A condução da revisão seguiu etapas estruturadas: (1) identificação do tema e elaboração da pergunta norteadora; (2) definição dos critérios de inclusão e exclusão; (3) busca na literatura; (4) seleção dos estudos; (5) análise e interpretação dos resultados; e (6) síntese do conhecimento. A pergunta norteadora deste estudo foi: “Quais são os principais impactos da hiperconectividade na saúde mental na perspectiva da psicologia contemporânea?”

A busca dos estudos foi realizada nas bases de dados Scientific Electronic Library Online (SciELO), Latindex, Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) e Base de Dados de Enfermagem (BDENF), por serem fontes reconhecidas na área da saúde e

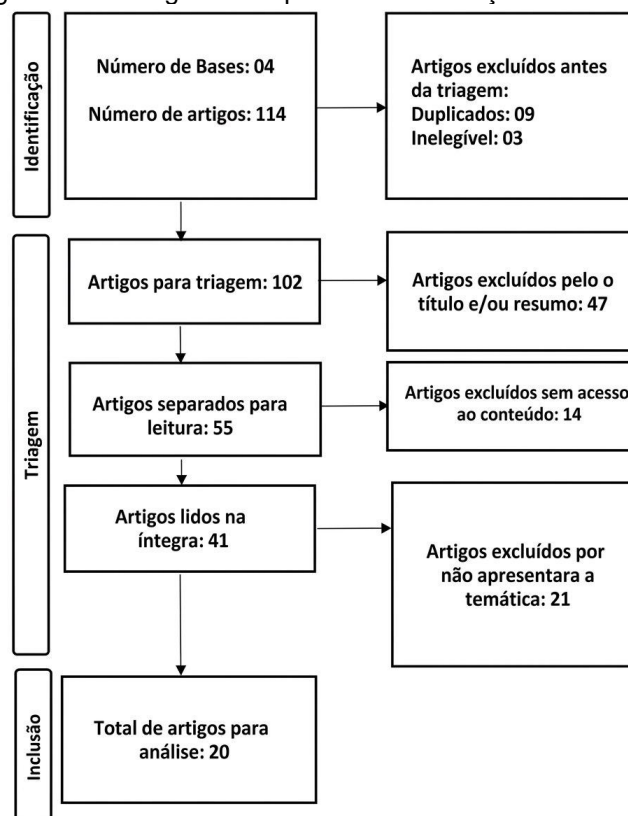
ciências humanas. Para a estratégia de busca, foram utilizados descritores controlados e não controlados, combinados por meio dos operadores booleanos AND e OR, nos idiomas português e inglês. Os principais descritores empregados foram: “saúde mental”, “psicologia contemporânea”, “hiperconectividade”, “tecnologias digitais”, “mental health”, “contemporary psychology”, “hyperconnectivity” e “digital technologies”.

Foram adotados como critérios de inclusão: artigos científicos completos, disponíveis gratuitamente, publicados entre os anos de 2022 e 2026, nos idiomas português e inglês, que abordassem diretamente a relação entre tecnologias digitais, hiperconectividade e saúde mental sob a perspectiva psicológica ou interdisciplinar. Também foram incluídos estudos com diferentes delineamentos metodológicos (qualitativos, quantitativos e revisões), desde que apresentassem relevância para o tema proposto.

Como critérios de exclusão, foram considerados: artigos duplicados nas bases de dados, estudos incompletos, resumos, editoriais, cartas ao leitor, dissertações e teses, além de produções que não apresentassem relação direta com o objetivo do estudo ou que estivessem fora do recorte temporal estabelecido. Também foram excluídos trabalhos em outros idiomas que não português e inglês.

O processo de seleção dos estudos ocorreu em duas etapas: inicialmente, realizou-se a leitura dos títulos e resumos para identificação dos estudos potencialmente relevantes; posteriormente, procedeu-se à leitura na íntegra dos artigos selecionados, visando confirmar sua adequação aos critérios estabelecidos. Esse processo de triagem e seleção está sistematizado na Figura 1, que apresenta o fluxograma das etapas da revisão integrativa, desde a identificação até a inclusão final dos estudos.

Figura 1 – Fluxograma do processo de seleção dos estudos



Fonte: Os autores

Por fim, os dados extraídos dos artigos incluídos foram organizados em instrumento previamente elaborado, contemplando informações como autoria, ano de publicação, objetivo, metodologia e principais achados. A análise foi realizada de forma descritiva e crítica, permitindo a identificação de categorias temáticas e a discussão dos resultados à luz da literatura científica atual.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

A busca nas bases de dados resultou na identificação de 20 estudos que atenderam aos critérios de inclusão previamente estabelecidos, os quais foram analisados de forma integral. Os achados foram organizados conforme características metodológicas, população investigada e principais contribuições para a compreensão da relação entre psicologia contemporânea, saúde mental e hiperconectividade. A síntese descritiva desses estudos encontra-se apresentada na Tabela 1, a qual sistematiza autores, ano, objetivos e principais resultados das produções incluídas.

Tabela 1 – Síntese dos estudos incluídos na revisão integrativa

Autor/Ano	Objetivo do estudo	Principais resultados
Barboza et al. (2025)	Analisar a saúde mental de adolescentes frente à problemática do suicídio	Evidencia elevada vulnerabilidade emocional associada a fatores sociais, digitais e contextuais
Barros (2025)	Discutir a construção da identidade digital sob a perspectiva das representações sociais	Aponta conflitos identitários, comparações sociais e impactos negativos na autoestima
Berro et al. (2025)	Avaliar o uso de tecnologias no contexto educacional	Identifica potencialidades pedagógicas, porém ressalta prejuízos relacionados à distração e superficialidade do aprendizado
Camargo e Oliveira (2026)	Investigar a medicalização na infância na era digital	Evidencia aumento da patologização de comportamentos infantis associados ao uso de tecnologias
Cardim (2022)	Analisar a servidão digital no contexto laboral contemporâneo	Destaca a intensificação da exploração do trabalho e a permanência da conectividade contínua
Cavalcante (2025)	Refletir sobre os vínculos sociais na era da hiperconectividade	Aponta fragilidade das relações interpessoais e superficialidade das interações sociais
Costa Júnior et al. (2026a)	Avaliar os impactos das tecnologias no aprendizado dos jovens	Identifica prejuízos na atenção, concentração e desempenho acadêmico
Costa Júnior et al. (2026b)	Analisar as fragilidades da educação em contextos tecnológicos	Evidência dependência tecnológica e desafios na qualidade do ensino
Gomes Neto et al. (2025)	Discutir a sociedade do cansaço e seus efeitos na saúde mental	Relaciona a sobrecarga emocional e cognitiva ao aumento de transtornos psíquicos
Lubian (2025)	Analisar os impactos do uso de telas no desenvolvimento infantil	Aponta prejuízos nas habilidades sociais, emocionais e no desenvolvimento interpessoal
Machado et al. (2025)	Investigar memes autodepreciativos e humor suicida	Evidencia a banalização do sofrimento psíquico e a naturalização de conteúdos associados ao suicídio
Marques e Lima (2025)	Analisar a ansiedade digital em adolescentes	Identifica dependência tecnológica, inquietação constante e dificuldades de desconexão
Postigo e Andrade (2024)	Discutir o setting psicanalítico no ambiente virtual	Destaca a ampliação do acesso aos serviços psicológicos e a democratização do cuidado

Ramiro e Albuquerque (2024)	Analisar o conceito de psicopolítica na era digital	Evidencia mecanismos de controle das subjetividades por meio das tecnologias
Rosa e Rutsatz (2025)	Investigar os impactos da hiperconectividade em crianças e adolescentes	Aponta aumento de ansiedade, isolamento social e fragilidade emocional
Santos e Almeida (2026)	Discutir a saúde mental do trabalhador como direito fundamental	Evidencia lacunas nas políticas públicas e desafios na garantia desse direito
Santos et al. (2025)	Analisar a relação entre tecnologias digitais e adoecimento universitário	Identifica aumento do uso de psicofármacos e processos de medicalização
Silva (2025)	Discutir a infoxicação e a urgência no ambiente de trabalho	Relaciona excesso de informações ao estresse, ansiedade e esgotamento mental
Souza et al. (2026)	Avaliar impactos cognitivos do uso excessivo de redes sociais	Evidência prejuízos na memória, atenção e regulação emocional
Vidal et al. (2025)	Analisar a saúde mental na sociedade contemporânea	Aponta a influência de fatores tecnológicos, sociais e econômicos no adoecimento psíquico

Fonte: Autoria própria (2026)

A análise dos estudos evidenciou que a hiperconectividade constitui um fenômeno multifacetado, impactando diferentes dimensões da saúde mental. Nesse sentido, Vidal *et al.* (2025) destacam que a sociedade contemporânea é marcada por uma intensificação das relações mediadas por tecnologias, o que contribui para o aumento de transtornos mentais, especialmente ansiedade e depressão. Em consonância, Barros (2025) enfatiza que a construção da identidade digital tem gerado conflitos subjetivos importantes, sobretudo em contextos de comparação social e busca por validação virtual.

No que se refere ao público infantojuvenil, Camargo e Oliveira (2026) identificam um avanço significativo da medicalização na Geração Alpha, associando esse fenômeno ao uso precoce e intensivo de tecnologias digitais. Rosa e Rutsatz (2025) corroboram essa perspectiva ao apontarem que crianças e adolescentes hiperconectados apresentam maior vulnerabilidade a problemas emocionais, como irritabilidade, isolamento e baixa autoestima. Complementarmente, Lubian (2025) ressalta que o uso constante de telas pode comprometer o desenvolvimento das habilidades sociais e afetivas.

No âmbito educacional, Berro *et al.* (2025) discutem tanto as potencialidades quanto os limites das tecnologias digitais, evidenciando que, embora contribuam para o acesso ao conhecimento, também podem gerar distrações e prejuízos no processo de aprendizagem. Costa Júnior *et al.* (2026a) reforçam essa análise ao apontarem impactos negativos na atenção e no desempenho acadêmico dos jovens, enquanto Costa Júnior *et al.* (2026b) destacam as fragilidades do sistema educacional frente à dependência tecnológica crescente.

Em relação à saúde mental no ensino superior, Santos *et al.* (2025) identificam uma associação entre o uso excessivo de tecnologias e o aumento do consumo de psicofármacos, indicando um processo de medicalização da vida universitária. Esse fenômeno também é discutido por Marques e Lima (2025), que descrevem a ansiedade digital como um quadro emergente, caracterizado por inquietação, dependência tecnológica e dificuldade de desconexão.

No contexto laboral, Cardim (2022) evidencia a intensificação da exploração do trabalho por meio da conectividade constante, destacando a perda de limites entre vida profissional e pessoal. De forma complementar, Silva (2025) aborda o fenômeno da infociação e da urgência permanente, que contribuem para o esgotamento mental dos trabalhadores. Gomes Neto *et al.* (2025) reforçam essa discussão ao relacionarem a sociedade do cansaço ao aumento de adoecimentos psíquicos no ambiente de trabalho. Ademais, Santos e Almeida (2026) destacam a saúde mental do trabalhador como um direito fundamental, ainda pouco efetivado nas políticas públicas.

No campo das relações sociais, Cavalcante (2025) problematiza a fragilidade dos vínculos em uma sociedade hiperconectada, marcada por interações superficiais e efêmeras. Essa perspectiva é ampliada por Machado *et al.* (2025), que analisam a presença de conteúdos autodepreciativos nas redes sociais, evidenciando a banalização do sofrimento psíquico e sua associação com o humor suicida. Em consonância, Barboza *et al.* (2025) ressaltam a gravidade do suicídio entre adolescentes, destacando a influência de fatores sociais e digitais nesse contexto.

Sob uma abordagem crítica, Ramiro e Albuquerque (2024) discutem a psicopolítica como mecanismo de controle das subjetividades na era digital, evidenciando como as tecnologias influenciam comportamentos e emoções. Por outro lado, Postigo e Andrade (2024) apontam possibilidades positivas, como a ampliação

do acesso ao cuidado psicológico por meio do setting virtual, favorecendo a democratização dos serviços de saúde mental.

Por fim, Souza *et al.* (2026) destacam os impactos cognitivos do uso excessivo das redes sociais, evidenciando prejuízos na atenção, memória e regulação emocional. De forma geral, os estudos analisados convergem ao indicar que a hiperconectividade, embora traga benefícios, está fortemente associada a riscos significativos para a saúde mental, exigindo uma abordagem crítica e integrada por parte da psicologia contemporânea.

A análise dos estudos evidencia que a hiperconectividade configura um fenômeno estrutural na sociedade contemporânea, com implicações profundas para a saúde mental e para os processos de subjetivação. Nesse sentido, Vidal *et al.* (2025) destacam que as transformações sociais mediadas pelas tecnologias digitais têm impactado diretamente o equilíbrio psíquico dos indivíduos, ampliando a incidência de sofrimento mental. Em concordância, Gomes Neto *et al.* (2025) ressaltam que a sociedade atual é marcada por um estado constante de exaustão, resultante de demandas excessivas e da aceleração do cotidiano, o que contribui significativamente para o adoecimento psíquico.

No que se refere às relações sociais, Cavalcante (2025) argumenta que a hiperconectividade promove uma aparente ampliação dos vínculos, mas, paradoxalmente, fragiliza as relações interpessoais, tornando-as mais superficiais e efêmeras. De forma complementar, Lubian (2025) observa que o uso contínuo de dispositivos digitais compromete o desenvolvimento de habilidades sociais, especialmente na infância, dificultando a construção de vínculos afetivos consistentes. Rosa e Rutsatz (2025) corroboram essa análise ao evidenciarem que crianças e adolescentes hiperconectados apresentam maior propensão ao isolamento social e à instabilidade emocional.

A construção da identidade no ambiente digital também emerge como um fator crítico para a saúde mental. Barros (2025) enfatiza que a identidade digital é constantemente moldada por interações sociais mediadas por plataformas virtuais, o que pode gerar conflitos internos e dependência de validação externa. Nesse contexto, Machado *et al.* (2025) acrescentam que a cultura digital, ao incorporar conteúdos autodepreciativos, contribui para a banalização do sofrimento psíquico, dificultando o reconhecimento de sua gravidade. Em consonância, Barboza *et al.*

(2025) destacam que essa dinâmica pode agravar quadros de vulnerabilidade entre adolescentes, especialmente no que se refere ao comportamento suicida.

No âmbito cognitivo, Souza *et al.* (2026) apontam que o uso excessivo de redes sociais está associado a prejuízos significativos na atenção, memória e regulação emocional. Essa perspectiva é reforçada por Costa Júnior *et al.* (2026a), que identificam impactos negativos no desempenho acadêmico dos jovens, decorrentes da dispersão atencional e da sobrecarga informacional. Além disso, Costa Júnior *et al.* (2026b) destacam que a dependência tecnológica tem fragilizado os processos educacionais, exigindo novas estratégias pedagógicas. Berro *et al.* (2025) complementam essa discussão ao reconhecerem que, embora as tecnologias ofereçam oportunidades de aprendizagem, seu uso inadequado pode comprometer a profundidade do conhecimento.

No contexto laboral, Cardim (2022) argumenta que a hiperconectividade intensifica a exploração do trabalho, ao promover a disponibilidade contínua dos trabalhadores. De maneira convergente, Silva (2025) destaca o fenômeno da infociação e da urgência constante, que contribuem para o aumento do estresse e da ansiedade no ambiente profissional. Santos e Almeida (2026) ampliam essa discussão ao enfatizarem que a saúde mental do trabalhador deve ser reconhecida como um direito fundamental, ainda insuficientemente garantido nas políticas públicas. Nesse cenário, Gomes Neto *et al.* (2025) reiteram que a sobrecarga laboral e emocional constitui um dos principais fatores de risco para o adoecimento psíquico.

A medicalização da vida cotidiana também se apresenta como um fenômeno relevante na sociedade hiperconectada. Camargo e Oliveira (2026) destacam que, na Geração Alpha, comportamentos considerados comuns têm sido frequentemente patologizados, refletindo uma tendência de intervenção medicamentosa precoce. De forma semelhante, Santos *et al.* (2025) apontam que, no contexto universitário, o uso de psicofármacos tem sido cada vez mais utilizado como estratégia de enfrentamento das pressões acadêmicas e sociais. Marques e Lima (2025) complementam essa análise ao descreverem a ansiedade digital como um quadro emergente, caracterizado por inquietação constante e dificuldade de desconexão.

Sob uma perspectiva crítica, Ramiro e Albuquerque (2024) introduzem o conceito de psicopolítica, destacando que as tecnologias digitais operam como instrumentos de controle das subjetividades, influenciando comportamentos, emoções e decisões. Essa abordagem amplia a compreensão dos impactos da

hiperconectividade, evidenciando que o sofrimento psíquico também está relacionado a mecanismos sutis de poder. Por outro lado, Postigo e Andrade (2024) apontam que o ambiente digital também pode favorecer a ampliação do acesso ao cuidado em saúde mental, por meio do atendimento psicológico online, contribuindo para a democratização dos serviços.

Dessa forma, observa-se uma convergência entre os autores ao reconhecerem que a hiperconectividade apresenta tanto riscos quanto possibilidades para a saúde mental. Vidal *et al.* (2025) reforçam que os impactos das tecnologias digitais devem ser analisados de forma integrada, considerando fatores sociais, econômicos e culturais. Nesse sentido, a psicologia contemporânea é desafiada a desenvolver abordagens críticas e interdisciplinares, capazes de compreender a complexidade do fenômeno e de promover estratégias eficazes de cuidado. Assim, a articulação entre diferentes campos do conhecimento torna-se fundamental para enfrentar os desafios impostos por uma sociedade cada vez mais mediada por tecnologias digitais.

5. CONCLUSÃO

A presente revisão integrativa permitiu compreender, de forma ampla e crítica, os principais impactos da hiperconectividade na saúde mental à luz da psicologia contemporânea, respondendo à pergunta norteadora proposta. Evidenciou-se que a intensificação do uso das tecnologias digitais têm produzido transformações significativas nos modos de viver, pensar e se relacionar, repercutindo diretamente no aumento de transtornos mentais, na fragilização das relações interpessoais e na reconfiguração dos processos de subjetivação. Assim, conclui-se que a hiperconectividade, embora represente avanço tecnológico, constitui também um importante fator de risco para o adoecimento psíquico.

No que se refere aos objetivos do estudo, foi possível analisar os desafios enfrentados pela psicologia contemporânea diante desse cenário, identificando que os principais achados estão relacionados aos prejuízos cognitivos, como déficits de atenção e memória; à intensificação da ansiedade digital; à medicalização crescente, especialmente entre jovens; e à sobrecarga emocional associada ao ambiente laboral hiperconectado. Ademais, observou-se a influência das tecnologias na construção da identidade e na qualidade das relações sociais, bem como a presença de mecanismos de controle subjetivo mediados pelo ambiente digital. Tais resultados reforçam a

complexidade do fenômeno e a necessidade de abordagens que considerem múltiplas dimensões do cuidado em saúde mental.

Outro ponto relevante refere-se à ambivalência das tecnologias digitais, que, ao mesmo tempo em que contribuem para o adoecimento, também oferecem possibilidades de ampliação do acesso aos serviços de saúde mental, como no caso do atendimento psicológico online. Dessa forma, destaca-se que o enfrentamento dos desafios impostos pela sociedade hiperconectada exige uma atuação crítica, ética e interdisciplinar por parte dos profissionais da psicologia, bem como o desenvolvimento de políticas públicas que promovam o uso saudável das tecnologias e a proteção da saúde mental em diferentes contextos sociais.

Por fim, sugere-se a realização de pesquisas empíricas futuras que investiguem estratégias de intervenção psicológica voltadas à promoção do equilíbrio digital, especialmente em populações vulneráveis, como adolescentes e trabalhadores submetidos à alta demanda tecnológica. Estudos longitudinais que analisem os efeitos a longo prazo da hiperconectividade também são necessários, a fim de subsidiar práticas baseadas em evidências. Assim, espera-se que este estudo contribua para o avanço do conhecimento científico e para o fortalecimento de práticas mais humanizadas no cuidado em saúde mental na contemporaneidade.

REFERÊNCIAS

- BARBOZA, F. L. G., *et al.* (2025). Serviço Social e Saúde Mental na(s) Adolescência(s) Frente a Questão do Suicídio. *Revista Em Pauta: Teoria Social e Realidade Contemporânea*, 23(60). <https://doi.org/10.12957/rep.2025.94193>
- BARROS, A. (2025). Desafios da identidade digital: análise crítica sob a perspectiva das representações sociais. *Ets Communicate - Revista de Comunicação, Linguagens e Sociedade*, 3(4), 01–36. <https://doi.org/10.5281/zenodo.15634709>
- BERRO, M. A. C., *et al.* (2025). Tecnologia educacional em foco: potencialidades, limites e impactos na formação escolar. *ARACÊ*, 7(10), e8900. <https://doi.org/10.56238/arev7n10-112>
- CAMARGO, L. C., & Oliveira, R. T. (2026). Geração Alpha e o avanço da medicalização: dinâmica e desafios da infância da era digital. *Revista Contemporânea*, 6(1), e10145. <https://doi.org/10.56083/RCV6N1-060>
- Cardim, T. C. G. (2022). Servidão digital no trabalho: a escravatura dos tempos modernos. *Laborare*, 5(9), 92–110. <https://doi.org/10.33637/2595-847x.2022-144>
- CAVALCANTE, J. P. (2025). Entre conexões e distâncias: uma reflexão filosófica sobre os vínculos sociais na era da hiperconectividade. *Revista de Geopolítica*, 16(5), e1003. <https://doi.org/10.56238/revgeov16n5-178>
- COSTA JÚNIOR, J. F., *et al.* (2026). O impacto invisível das tecnologias no aprendizado dos jovens. *Revista EdUCA - Revista Multidisciplinar da Faculdade Católica Paulista*, 9, e210. <https://doi.org/10.54901/educa.v9-210>
- COSTA JÚNIOR, J. F., *et al.* (2026). O preço da conectividade: fragilidades da educação em tempos tecnológicos. *Revista EdUCA - Revista Multidisciplinar da Faculdade Católica Paulista*, 9, e209. <https://doi.org/10.54901/educa.v9-209>
- GOMES NETO, S., *et al.* (2025). Um olhar da psicologia para a sociedade do cansaço: impactos na saúde do trabalhador. *ID on Line. Revista de Psicologia*, 19(76), 28–46. Recuperado de <https://idonline.emnuvens.com.br/id/article/view/4158>
- LUBIAN, B. C. (2025). Conexão digital e desconexão social: impactos do uso constante de telas nas interações sociais e no desenvolvimento infantil [Artigo de conclusão de curso, Universidade de Passo Fundo].
- MACHADO, F. D., *et al.* (2025). Memes autodepreciativos e o humor suicida: uma revisão de literatura e análise de imagens. *Psicologia USP*, 36, e240108. <https://doi.org/10.1590/0103-6564e240108>
- MARQUES, K. L. S. B., & Lima, M. A. T. (2025). Ansiedade digital: uma análise neuropsicológica do uso excessivo de tecnologia pelos adolescentes. *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação*, 11(6), 1383–1398. <https://doi.org/10.51891/rease.v11i6.19730>
- POSTIGO, V. M. C., & Andrade, R. G. N. (2024). Setting psicanalítico virtual, des-construção dos muros e democratização da psicanálise: algumas considerações. *PLURAL - Revista de Psicologia UNESP Bauru*, 4, e024p19. <https://doi.org/10.59099/prpub.2024.78>

RAMIRO, M. G. N., & Albuquerque, V. A. N. (2024). O controle das mentes frente à psicopolítica. *Anais do CDU - Congresso de Direito UniCesumar*, 1797–1805. Recuperado de <https://lgpublica.com/index.php/anaiscdu/article/view/455>

ROSA, P., & Rutsatz, P. (2025). O impacto da hiperconectividade na saúde mental de crianças e adolescentes. *Revista DCS*, 22(85), e3937. <https://doi.org/10.54899/dcs.v22i85.3937>

SANTOS, F. M. C., & Almeida, S. T. (2026). Saúde mental do trabalhador como direito fundamental: desafios jurídicos e políticas de inclusão social no Brasil. *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação*, 10–218. Recuperado de <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/24380>

SANTOS, P. G. S., *et al.* (2025). Psicotecnologia – da tela ao ansiolítico: tecnologias digitais, adoecimento mental e medicalização da vida universitária. *ARACÊ*, 7(8), e7405. <https://doi.org/10.56238/arev7n8-194>

SILVA, G. R. (2025). Conectividade, infoxicação e urgência: breves considerações sobre o direito à personalidade no ambiente laboral. *Revista do Direito*, 74, 88–116. <https://doi.org/10.17058/rdunisc.vi74.19816>

SOUZA, L. C., *et al.* (2026). Impactos cognitivos do uso excessivo das redes sociais: atenção, memória e emoção. *Encontros Bibli*, 31, e18315. <https://doi.org/10.5007/1518-2924.2026.e18315>

VIDAL, G., *et al.* (2025). Saúde mental na sociedade contemporânea: impactos das relações sociais, tecnológicas e econômicas. *LUMEN ET VIRTUS*, 16(50), 8834–8846. <https://doi.org/10.56238/levv16n50-056>

CAPÍTULO 02



RACISMO ESTRUTURAL E SAÚDE MENTAL: CONTRIBUIÇÕES DA PSICOLOGIA SOCIAL CRÍTICA PARA A COMPREENSÃO DOS PROCESSOS DE SUBJETIVAÇÃO EM POPULAÇÕES NEGRAS

Gilson Ferreira de Moura Júnior

RESUMO: O presente capítulo analisa as relações entre racismo estrutural, processos de subjetivação e saúde mental da população negra, tomando como eixo interpretativo as contribuições da Psicologia Social Crítica e dos estudos raciais contemporâneos. Parte-se do entendimento de que o racismo não se restringe a manifestações individuais de preconceito, mas constitui elemento estruturante das relações sociais, interferindo na distribuição de direitos, nas formas de reconhecimento social e nos modos de constituição subjetiva. O estudo discute como a violência racial produz impactos psicológicos contínuos, relacionados à discriminação cotidiana, à invisibilização social, à precarização das condições de vida e ao racismo institucional presente nos serviços públicos e nas práticas de cuidado em saúde mental. O percurso teórico articula autores como Frantz Fanon, Achille Mbembe, Silvio Almeida, Ignacio Martín-Baró, Neusa Santos Souza e Lélia Gonzalez, buscando compreender de que maneira o racismo atravessa os processos de subjetivação e produz formas específicas de sofrimento psíquico em sujeitos racializados. Metodologicamente, trata-se de pesquisa qualitativa, bibliográfica e documental, fundamentada em revisão crítica interdisciplinar. Os resultados evidenciam que o sofrimento mental da população negra está diretamente relacionado às estruturas históricas de exclusão racial, demandando práticas clínicas, institucionais e políticas públicas comprometidas com uma perspectiva antirracista de cuidado e promoção da saúde mental.

PALAVRAS-CHAVE: racismo estrutural, saúde mental, subjetivação, psicologia social crítica, população negra.

ABSTRACT: This chapter analyzes the relationships between structural racism, subjectivation processes, and the mental health of the Black population, using the contributions of Critical Social Psychology and contemporary racial studies as its interpretative framework. The study is based on the understanding that racism is not limited to individual manifestations of prejudice, but rather constitutes a structuring element of social relations, interfering in the distribution of rights, forms of social recognition, and processes of subjective constitution. The chapter discusses how racial violence produces continuous psychological impacts related to everyday discrimination, social invisibility, precarious living conditions, and institutional racism present in public services and mental health care practices. The theoretical framework articulates authors such as Frantz Fanon, Achille Mbembe, Silvio Almeida, Ignacio Martín-Baró, Neusa Santos Souza and Lélia Gonzalez, seeking to understand how racism permeates subjectivation processes and produces specific forms of

psychological suffering among racialized subjects. Methodologically, this is a qualitative, bibliographic, and documentary study grounded in critical interdisciplinary review. The results indicate that the mental suffering experienced by the Black population is directly related to historical structures of racial exclusion, requiring clinical practices, institutional actions, and public policies committed to an anti-racist perspective of care and mental health promotion.

KEYWORDS: structural racism, mental health, subjectivation, critical social psychology, Black population.

1. INTRODUÇÃO

A formação social brasileira permanece profundamente atravessada pelos efeitos históricos da escravidão, da colonialidade e da racialização das relações sociais. Mesmo após a abolição formal do regime escravista, as estruturas de poder construídas ao longo de mais de três séculos de exploração da população negra continuaram organizando o acesso à renda, à educação, à cidadania e aos direitos fundamentais. O racismo, nesse contexto, não se restringe a manifestações individuais de preconceito ou intolerância, mas opera como tecnologia permanente de hierarquização social, produzindo desigualdades materiais e simbólicas que atravessam instituições, práticas sociais e modos de subjetivação.

Nas últimas décadas, o debate acerca do racismo estrutural adquiriu centralidade nas Ciências Humanas e na Saúde Coletiva, especialmente diante da persistência de indicadores sociais que evidenciam a vulnerabilização sistemática das populações negras no Brasil. Dados relativos à violência letal, ao encarceramento, ao desemprego, à informalidade, à evasão escolar e ao acesso desigual aos serviços públicos demonstram que a dimensão racial permanece como um dos principais determinantes da desigualdade brasileira. Esse quadro não produz apenas precarização econômica ou exclusão social: ele afeta profundamente a constituição subjetiva dos sujeitos racializados, interferindo nos modos de percepção de si, na construção identitária, nas experiências afetivas e nos processos de sofrimento psíquico.

Embora a psicologia brasileira tenha historicamente reproduzido paradigmas eurocêntricos pouco atentos às questões raciais, observa-se, sobretudo a partir das últimas décadas, o fortalecimento de perspectivas críticas comprometidas com a compreensão dos impactos psicossociais do racismo. A emergência de debates sobre branquitude, sofrimento ético-político, colonialidade e subjetivação negra contribuiu para deslocar a análise psicológica de interpretações individualizantes para abordagens que reconhecem o peso das estruturas históricas na produção do sofrimento mental. Nesse movimento, autores como Frantz Fanon, Ignacio Martín-Baró, Silvio Almeida e Achille Mbembe passaram a ocupar posição central na formulação de interpretações críticas acerca da relação entre racismo, poder e subjetividade.

A discussão sobre saúde mental da população negra exige reconhecer que o sofrimento psíquico não emerge dissociado das condições concretas de existência. A experiência cotidiana de discriminação racial, vigilância social, violência institucional e desumanização simbólica produz impactos emocionais contínuos, frequentemente naturalizados pelas próprias instituições responsáveis pelo cuidado. O racismo institucional presente nos serviços de saúde, a subnotificação do sofrimento mental em populações negras e a ausência histórica de políticas públicas racialmente orientadas contribuíram para a construção de um cenário de invisibilidade clínica e negligência terapêutica. Nesse contexto, o adoecimento psíquico não pode ser compreendido apenas como questão individual ou biomédica, mas como expressão social de relações históricas de dominação racial.

As contribuições de Neusa Santos Souza assumem relevância particular nesse debate ao evidenciarem que o processo de constituição subjetiva de sujeitos negros ocorre em sociedades estruturadas pela valorização normativa da branquitude. Tornar-se negro, em uma sociedade racializada, implica confrontar mecanismos permanentes de negação simbólica, inferiorização estética e restrição de reconhecimento social. Ao lado dela, intelectuais como Lélia Gonzalez, Grada Kilomba e Cida Bento ampliaram a compreensão sobre os impactos subjetivos do racismo, demonstrando que a violência racial ultrapassa a dimensão objetiva da exclusão e penetra os espaços íntimos da linguagem, da memória, do afeto e da identidade.

Partindo dessas problematizações, o presente capítulo analisa as relações entre racismo estrutural, processos de subjetivação e saúde mental da população negra, tomando como eixo interpretativo as contribuições da Psicologia Social Crítica e dos estudos raciais contemporâneos. Busca-se compreender de que maneira as estruturas raciais brasileiras interferem na constituição psíquica dos sujeitos negros e produzem formas específicas de sofrimento mental, vulnerabilidade social e precarização da vida. Ao mesmo tempo, o estudo procura discutir os limites históricos da psicologia tradicional diante da questão racial e evidenciar possibilidades críticas de atuação comprometidas com práticas antirracistas de cuidado, escuta e produção de conhecimento.

Ao deslocar a discussão da esfera individual para a dimensão estrutural do sofrimento, o capítulo procura contribuir para a consolidação de uma leitura crítica da saúde mental no Brasil contemporâneo, compreendendo o racismo não como

elemento periférico das desigualdades sociais, mas como uma das engrenagens centrais de produção da violência, da exclusão e do adoecimento psíquico.

2. RACISMO ESTRUTURAL E REPRODUÇÃO DAS DESIGUALDADES RACIAIS

A compreensão do racismo como estrutura organizadora das relações sociais representa uma inflexão importante nas interpretações contemporâneas sobre desigualdade racial. Durante muito tempo, o racismo foi reduzido a comportamentos individuais, manifestações explícitas de preconceito ou condutas moralmente desviantes, perspectiva que limitava sua compreensão às dimensões interpessoais da discriminação. As formulações críticas desenvolvidas nas últimas décadas deslocaram essa interpretação ao evidenciarem que o racismo constitui elemento constitutivo da formação histórica, política e econômica das sociedades modernas, organizando instituições, práticas sociais, mecanismos de poder e formas de produção da subjetividade (Almeida, 2023).

Nesse debate, Silvio Almeida propõe compreender o racismo estrutural como lógica permanente de funcionamento social, inscrita nas instituições e nas dinâmicas econômicas que regulam a distribuição desigual de direitos, oportunidades e reconhecimento social. O autor argumenta que o racismo não depende necessariamente da intenção consciente dos indivíduos para produzir efeitos discriminatórios, pois opera por meio de mecanismos historicamente consolidados que naturalizam privilégios raciais e perpetuam desigualdades materiais e simbólicas (Almeida, 2023). Tal compreensão permite analisar o racismo não como exceção ao funcionamento democrático, mas como elemento incorporado à própria racionalidade social brasileira.

A estrutura racial brasileira foi historicamente constituída a partir da escravidão colonial, cuja herança ultrapassou a dimensão econômica e consolidou formas duradouras de hierarquização da vida social. A abolição formal da escravidão não promoveu integração social da população negra, tampouco garantiu acesso igualitário à cidadania. Ao contrário, o período pós-abolicionista foi marcado pela continuidade de políticas de marginalização racial, pela exclusão do mercado formal de trabalho e pela consolidação de ideologias de branqueamento que reforçaram a inferiorização simbólica das populações negras (Gonzalez, 2020). Essa continuidade histórica

demonstra que o racismo brasileiro não pode ser compreendido apenas como resquício do passado, mas como engrenagem ativa de organização social.

As análises de Frantz Fanon ampliam essa discussão ao demonstrar que o colonialismo não produz apenas exploração econômica, mas também colonização psíquica e epistemológica. Em sociedades marcadas pela colonialidade racial, os corpos negros passam a ser permanentemente associados à desumanização, à ameaça e à inferioridade, processo que interfere diretamente na constituição da subjetividade. Fanon identifica que o sujeito negro, ao se perceber através do olhar racializado do colonizador, experimenta formas contínuas de fragmentação identitária e alienação subjetiva, condição que transforma o racismo em experiência simultaneamente política, social e psíquica (Fanon, 2020).

A noção de colonialidade desenvolvida pelos estudos decoloniais contribui para compreender a permanência dessas estruturas após o fim formal do colonialismo. O racismo permanece operando como tecnologia de classificação social, definindo quais vidas possuem reconhecimento, legitimidade e proteção institucional (Maldonado-Torres, 2020). No Brasil, essa lógica manifesta-se na distribuição desigual da violência, da pobreza e do acesso a direitos fundamentais. Indicadores sociais demonstram que a população negra concentra os maiores índices de vulnerabilidade econômica, insegurança alimentar, mortalidade juvenil e violência letal, revelando que a racialização continua estruturando a experiência social contemporânea (IBGE, 2022).

As formulações de Achille Mbembe acerca da necropolítica aprofundam essa interpretação ao demonstrar que as sociedades contemporâneas estabelecem mecanismos de administração diferencial da vida e da morte. Para o autor, determinados grupos sociais são posicionados em zonas permanentes de precariedade, exposição à violência e desproteção institucional (Mbembe, 2021). No contexto brasileiro, essa racionalidade necropolítica assume caráter profundamente racializado, incidindo sobretudo sobre jovens negros periféricos, mulheres negras e populações submetidas a condições históricas de exclusão social. A violência policial, o encarceramento em massa e a negligência estatal em territórios periféricos exemplificam formas contemporâneas de gestão racializada da vida.

O racismo institucional constitui uma das expressões mais sofisticadas dessa estrutura de dominação. Diferentemente das práticas individuais explícitas de discriminação, ele opera de forma difusa, incorporado às rotinas administrativas, aos

protocolos institucionais e às culturas organizacionais. Nos sistemas de saúde, educação e justiça, pessoas negras frequentemente enfrentam obstáculos relacionados ao acesso, ao reconhecimento de demandas específicas e ao tratamento digno (Cerqueira et al., 2022). A aparente neutralidade das instituições contribui para invisibilizar práticas discriminatórias, dificultando tanto o reconhecimento social do problema quanto a formulação de estratégias efetivas de enfrentamento.

As reflexões de Cida Bento sobre a branquitude contribuem para ampliar essa análise ao demonstrar que o racismo não produz efeitos apenas sobre sujeitos racializados negativamente, mas também sobre aqueles historicamente posicionados em espaços de privilégio racial. O pacto narcísico da branquitude, conceito elaborado pela autora, refere-se ao conjunto de mecanismos sociais e psicológicos que preservam privilégios raciais ao mesmo tempo em que silenciam ou negam a responsabilidade das estruturas brancas na reprodução das desigualdades (Bento, 2022). Tal dinâmica contribui para a naturalização da exclusão racial e dificulta o reconhecimento coletivo do racismo como problema estrutural.

A permanência dessas estruturas demonstra que o racismo não pode ser compreendido apenas como fenômeno jurídico ou moral, mas como sistema complexo de produção de subjetividades, distribuição desigual de direitos e administração da vulnerabilidade social. A racialização da pobreza, da violência e do sofrimento evidencia que as desigualdades raciais brasileiras não constituem fenômenos periféricos do capitalismo nacional, mas elementos centrais de sua organização histórica. Nesse sentido, compreender o racismo estrutural exige reconhecer que a desigualdade racial não emerge de falhas ocasionais das instituições democráticas, mas da própria lógica histórica que sustenta sua constituição social.

2.1 PROCESSOS DE SUBJETIVAÇÃO E CONSTITUIÇÃO PSÍQUICA EM SUJEITOS RACIALIZADOS

Os processos de subjetivação constituem dimensão fundamental para a compreensão dos impactos psicossociais do racismo estrutural. A subjetividade não se forma de maneira isolada ou exclusivamente individual, mas emerge das relações sociais, culturais e históricas que organizam as experiências humanas. Em sociedades profundamente racializadas, como a brasileira, a constituição do eu ocorre em meio a hierarquias simbólicas que atribuem valores distintos aos corpos, às

identidades e às formas de pertencimento social. O racismo, portanto, ultrapassa a esfera objetiva da exclusão material e penetra os espaços íntimos da linguagem, do afeto, da autoestima e da percepção de si (Fanon, 2020).

As análises de Neusa Santos Souza representam marco fundamental na compreensão da subjetividade negra no Brasil. Em sua obra clássica *Tornar-se Negro*, a autora demonstra que a experiência subjetiva da população negra é atravessada pela internalização de padrões estéticos, culturais e sociais centrados na branquitude. O sujeito negro cresce em uma sociedade que associa beleza, inteligência, prestígio e humanidade à imagem branca, produzindo processos contínuos de negação identitária e sofrimento psíquico (Souza, 2021). Tornar-se negro, nessa perspectiva, não corresponde apenas ao reconhecimento fenotípico da racialização, mas à construção crítica de uma identidade capaz de resistir às violências simbólicas produzidas pelo racismo.

As contribuições de Grada Kilomba aprofundam essa discussão ao analisar os efeitos traumáticos do racismo cotidiano. Para a autora, o racismo opera como experiência permanente de silenciamento, deslegitimação e interrupção da fala do sujeito negro. A repetição contínua de situações de discriminação, microagressões e negação de reconhecimento produz formas acumulativas de trauma racial, frequentemente invisibilizadas pelas instituições e pelos discursos universalizantes da saúde mental (Kilomba, 2019). O trauma racial não se limita a episódios extremos de violência explícita, mas manifesta-se também nas experiências cotidianas de exclusão, suspeição e desumanização.

As reflexões de Lélia Gonzalez evidenciam que a subjetividade negra brasileira é atravessada simultaneamente por racismo, classe e gênero. A autora demonstra que mulheres negras ocupam posição particularmente vulnerável nas estruturas sociais brasileiras, submetidas a formas interligadas de exploração econômica, hipersexualização, invisibilidade intelectual e sobrecarga emocional (Gonzalez, 2020). Essas experiências produzem impactos profundos sobre a saúde mental e sobre os modos de constituição subjetiva, especialmente em contextos marcados pela precarização das relações de trabalho e pela responsabilização histórica das mulheres negras pelo cuidado coletivo.

No campo da psicologia social, as discussões sobre branquitude também contribuíram para compreender os mecanismos subjetivos de reprodução do racismo. A branquitude opera não apenas como posição racial privilegiada, mas como norma

silenciosa de humanidade e legitimidade social (Bento, 2022). Essa centralidade simbólica da experiência branca produz efeitos permanentes sobre sujeitos negros, que frequentemente precisam negociar pertencimento, reconhecimento e validação em espaços estruturados por referências racializadas excludentes. A experiência de vigilância constante, de necessidade permanente de comprovação de competência e de suspeição social transforma-se, muitas vezes, em fonte contínua de desgaste emocional.

A subjetivação racializada manifesta-se também nos espaços institucionais, especialmente na escola, na universidade e no mercado de trabalho. A presença negra em ambientes historicamente ocupados por elites brancas frequentemente desencadeia experiências de isolamento simbólico, pressão por desempenho excepcional e invisibilização intelectual. Muitos sujeitos negros passam a desenvolver mecanismos de hipervigilância emocional e autocontrole permanente como estratégias de sobrevivência em ambientes racialmente hostis (Ribeiro, 2020). Tais mecanismos, embora funcionem como formas de adaptação social, frequentemente geram exaustão psíquica, ansiedade e sofrimento emocional prolongado.

As experiências de resistência coletiva desempenham papel importante nesse processo. A construção de vínculos comunitários, o fortalecimento da consciência racial e a valorização das identidades afro-brasileiras funcionam como recursos fundamentais de proteção subjetiva diante das violências produzidas pelo racismo estrutural. Movimentos negros, coletivos culturais, religiosidades de matriz africana e espaços de produção intelectual negra constituem territórios de reconstrução simbólica e afirmação subjetiva, permitindo que sujeitos racializados produzam narrativas alternativas à lógica histórica da inferiorização racial (Werneck; Batista; Lopes, 2021).

A compreensão dos processos de subjetivação em populações negras exige, portanto, reconhecer que o sofrimento psíquico racializado não emerge de fragilidades individuais, mas de estruturas históricas de violência simbólica e exclusão social. O racismo atua simultaneamente sobre o corpo, a linguagem, os afetos e as possibilidades de reconhecimento social, produzindo formas específicas de sofrimento que desafiam interpretações psicológicas universalizantes e descontextualizadas.

2.2 SAÚDE MENTAL DA POPULAÇÃO NEGRA E PSICOLOGIA SOCIAL CRÍTICA

A discussão acerca da saúde mental da população negra exige o reconhecimento de que os processos de adoecimento psíquico não podem ser analisados de maneira dissociada das condições históricas, econômicas e raciais que organizam a vida social. A perspectiva biomédica tradicional, centrada exclusivamente na individualização do sofrimento, mostrou-se insuficiente para compreender os impactos produzidos pela violência estrutural do racismo sobre os sujeitos racializados. A experiência cotidiana da discriminação, da exclusão simbólica e da vulnerabilidade social produz efeitos emocionais contínuos que atravessam o corpo, os afetos e as formas de inserção social, configurando um campo específico de sofrimento psicossocial (Werneck; Batista; Lopes, 2021).

Os estudos contemporâneos sobre saúde mental da população negra demonstram que pessoas negras apresentam maiores índices de sofrimento psíquico, ansiedade, depressão e transtornos relacionados ao estresse crônico quando comparadas à população branca. Essas diferenças não decorrem de fatores biológicos ou predisposições individuais, mas das condições desiguais de existência produzidas pelo racismo estrutural (Lima; Vala; Gonçalves, 2021). A exposição constante à violência racial, à insegurança econômica, à precarização do trabalho e às experiências reiteradas de desumanização produz um estado contínuo de tensão emocional que compromete significativamente a saúde mental.

Nesse contexto, o conceito de estresse racial tornou-se importante ferramenta analítica para compreender os impactos psicológicos da discriminação racial. O estresse racial refere-se ao desgaste emocional acumulativo provocado pela exposição recorrente a situações de racismo explícito, microagressões, vigilância social e suspeição permanente (Carter, 2020). Diferentemente de outros fatores estressores, o racismo atua sobre uma dimensão estrutural da identidade do sujeito, produzindo experiências contínuas de invalidação social e insegurança subjetiva. A repetição dessas experiências ao longo da vida frequentemente desencadeia processos de hipervigilância emocional, ansiedade crônica e sensação permanente de ameaça.

A experiência do racismo institucional nos serviços públicos de saúde também constitui fator relevante para a compreensão do sofrimento psíquico da população negra. Pesquisas desenvolvidas no campo da saúde coletiva evidenciam que pessoas

negras enfrentam maiores dificuldades de acesso aos serviços de saúde mental, recebem menos encaminhamentos terapêuticos e frequentemente têm seus relatos de sofrimento minimizados ou negligenciados pelos profissionais (Ministério da Saúde, 2021). Essa invisibilização institucional contribui para o agravamento dos quadros de adoecimento psíquico e fortalece processos de desconfiança em relação às instituições de cuidado.

A precarização histórica das condições de vida da população negra intensifica ainda mais esse cenário. A concentração da população negra em territórios marcados pela violência urbana, pela ausência de políticas públicas e pela vulnerabilidade socioeconômica produz impactos diretos sobre os processos de sofrimento mental. A violência policial, o encarceramento em massa e a morte precoce de jovens negros constituem experiências traumáticas coletivas que atravessam famílias e comunidades inteiras, produzindo medo permanente, luto recorrente e sensação de insegurança existencial (Cerqueira et al., 2022).

As mulheres negras ocupam posição particularmente vulnerável nesse processo. A sobreposição entre racismo e sexismo produz formas específicas de adoecimento relacionadas à sobrecarga emocional, à precarização do trabalho e à responsabilização histórica pelo cuidado familiar e comunitário. Conforme analisa Djamila Ribeiro (2020), a experiência social das mulheres negras é marcada pela negação histórica da escuta, pela deslegitimação de suas narrativas e pela imposição de lugares sociais subalternizados. Essas condições geram impactos subjetivos profundos, frequentemente invisibilizados pelas abordagens universalizantes da saúde mental.

A presença negra em espaços historicamente elitizados, como universidades e ambientes profissionais de prestígio, também produziu novos debates acerca do sofrimento psíquico racializado. Embora as políticas de ações afirmativas tenham ampliado o acesso da população negra ao ensino superior, muitos estudantes negros continuam enfrentando experiências de isolamento social, racismo institucional e pressão constante por validação intelectual. A necessidade permanente de provar competência e legitimidade em espaços marcados pela hegemonia branca produz desgaste emocional significativo, frequentemente associado a quadros de ansiedade, depressão e esgotamento psíquico (Ribeiro, 2020).

Nesse debate, as contribuições da Ignacio Martín-Baró assumem importância fundamental. A Psicologia Social Crítica proposta pelo autor rompe com perspectivas

individualizantes do sofrimento e compreende os processos psicológicos a partir das condições concretas de existência das populações oprimidas. Para Martín-Baró (1996), a psicologia deve assumir compromisso ético e político com os grupos historicamente marginalizados, produzindo análises capazes de revelar os mecanismos estruturais que organizam a opressão social. O sofrimento mental, nessa perspectiva, não pode ser separado das relações de poder, das desigualdades históricas e das formas de violência produzidas pelas estruturas sociais.

A crítica desenvolvida por Martín-Baró também questiona a neutralidade tradicional da psicologia. O autor argumenta que práticas psicológicas descontextualizadas tendem a individualizar problemas socialmente produzidos, responsabilizando os sujeitos por sofrimentos originados em estruturas coletivas de opressão. No caso das populações negras, essa lógica frequentemente transforma experiências legítimas de sofrimento racial em quadros patologizados individualmente, desconsiderando os efeitos objetivos do racismo sobre a vida psíquica.

As perspectivas críticas contemporâneas em psicologia passaram, portanto, a reivindicar práticas clínicas e institucionais comprometidas com uma escuta racialmente situada. Isso implica reconhecer que o sofrimento psíquico da população negra possui especificidades históricas e sociais que exigem abordagens sensíveis às experiências de discriminação, exclusão e violência racial. A clínica psicológica antirracista não se limita ao reconhecimento abstrato do racismo, mas envolve a construção de espaços terapêuticos capazes de validar experiências historicamente silenciadas e promover processos de reconstrução subjetiva.

Ao mesmo tempo, torna-se fundamental reconhecer os recursos coletivos de resistência construídos historicamente pelas populações negras. As experiências comunitárias, os movimentos sociais negros, as religiosidades de matriz africana, as práticas culturais afro-brasileiras e os espaços de fortalecimento identitário desempenham papel importante na proteção da saúde mental e na produção de estratégias de enfrentamento do sofrimento racializado. A consciência racial crítica, longe de produzir fragmentação social, pode funcionar como instrumento de fortalecimento subjetivo e elaboração coletiva das experiências de violência.

A análise da saúde mental da população negra exige, portanto, uma compreensão ampliada do sofrimento psíquico, capaz de articular subjetividade, história, raça e condições materiais de existência. O racismo não atua apenas como

marcador externo de desigualdade, mas como força permanente de produção de vulnerabilidade emocional, precarização da vida e desumanização simbólica. Reconhecer essa dimensão estrutural do sofrimento constitui passo fundamental para a construção de políticas públicas, práticas clínicas e formas de cuidado comprometidas com a justiça racial e com a transformação das condições históricas que sustentam o adoecimento da população negra.

3. METODOLOGIA

O presente capítulo fundamenta-se em abordagem qualitativa, de natureza bibliográfica e documental, orientada por perspectiva teórico-interpretativa voltada à compreensão das relações entre racismo estrutural, processos de subjetivação e saúde mental da população negra. A escolha dessa abordagem decorre da necessidade de analisar criticamente os mecanismos históricos, sociais e institucionais que produzem sofrimento psíquico em sujeitos racializados, considerando a complexidade das dimensões simbólicas, políticas e subjetivas envolvidas na temática.

A pesquisa caracteriza-se como revisão bibliográfica crítica interdisciplinar, articulando contribuições da Psicologia Social Crítica, dos estudos raciais, da saúde coletiva, das epistemologias decoloniais e da sociologia das relações raciais. O percurso analítico foi construído a partir da leitura, sistematização e interpretação de obras clássicas e contemporâneas que discutem o racismo como estrutura social e seus impactos sobre os processos de constituição subjetiva e adoecimento mental da população negra.

Foram priorizadas produções acadêmicas publicadas nos campos da psicologia, filosofia, saúde coletiva e ciências sociais, com ênfase em autores que problematizam as relações entre colonialidade, racismo institucional, sofrimento ético-político e violência racial. Entre os principais referenciais mobilizados encontram-se Frantz Fanon (2020), Silvio Almeida (2023), Achille Mbembe (2021), Ignacio Martín-Baró (1996), Neusa Santos Souza (2021), Lélia Gonzalez (2020), Grada Kilomba (2019) e Cida Bento (2022), além de relatórios institucionais e produções recentes do campo da saúde da população negra.

A seleção das obras considerou critérios de relevância teórica, impacto acadêmico e contribuição analítica para a compreensão do sofrimento psíquico

racializado no contexto brasileiro contemporâneo. Também foram utilizados documentos institucionais e relatórios produzidos por órgãos públicos e entidades de pesquisa, especialmente aqueles relacionados às desigualdades raciais, violência estrutural e saúde mental da população negra, permitindo maior aproximação entre discussão teórica e realidade social brasileira.

O processo de análise ocorreu por meio da identificação de categorias temáticas recorrentes na literatura, organizadas em quatro eixos centrais: racismo estrutural; processos de subjetivação racializada; sofrimento psíquico e saúde mental da população negra; e contribuições da Psicologia Social Crítica para práticas antirracistas de cuidado e intervenção. Essas categorias permitiram compreender como o racismo opera simultaneamente como estrutura social, mecanismo institucional de exclusão e experiência subjetiva de sofrimento.

A perspectiva metodológica adotada também dialoga com abordagens críticas que questionam a pretensa neutralidade da produção científica tradicional. Parte-se do entendimento de que os processos de pesquisa não são dissociados das relações de poder que atravessam a sociedade, razão pela qual a análise proposta assume posicionamento ético e político comprometido com a problematização das desigualdades raciais e com a valorização de epistemologias historicamente marginalizadas pelos paradigmas eurocêntricos de produção do conhecimento.

Ao articular diferentes campos teóricos e produções científicas, o estudo busca construir leitura crítica acerca dos impactos do racismo estrutural sobre a saúde mental da população negra, compreendendo o sofrimento psíquico como fenômeno inseparável das condições históricas de exclusão, violência institucional e vulnerabilização social produzidas pelas hierarquias raciais contemporâneas.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise da literatura evidenciou que o racismo estrutural constitui um dos principais determinantes sociais do sofrimento psíquico da população negra no Brasil contemporâneo. Os estudos revisados demonstram que a experiência racializada da exclusão não se restringe à dimensão econômica ou institucional, mas atravessa profundamente os processos de subjetivação, interferindo na construção identitária, nas relações afetivas e na percepção de pertencimento social. O sofrimento mental

produzido pelo racismo emerge, portanto, como resultado de experiências contínuas de violência simbólica, discriminação cotidiana e desumanização histórica.

As produções analisadas convergem ao demonstrar que sujeitos negros são submetidos a formas permanentes de vigilância social, suspeição e invalidação subjetiva desde a infância. Conforme discutido por Frantz Fanon (2020), a racialização do corpo negro produz experiências contínuas de fragmentação identitária, nas quais o sujeito passa a perceber-se através do olhar hierarquizante do outro racializado. Esse processo interfere diretamente na constituição psíquica, gerando sentimentos de inadequação, autonegação e insegurança emocional que frequentemente permanecem ao longo da vida adulta.

Os estudos sobre subjetividade negra também demonstraram que o racismo atua como mecanismo contínuo de produção de trauma psicológico. As análises de Grada Kilomba (2019) evidenciam que experiências aparentemente cotidianas — interrupções de fala, invisibilização intelectual, exotificação dos corpos negros e questionamentos constantes de legitimidade — produzem impactos emocionais acumulativos. O trauma racial não se manifesta apenas em episódios extremos de violência explícita, mas na repetição sistemática de situações de exclusão social e negação simbólica.

Outro aspecto recorrente identificado na literatura refere-se à centralidade da branquitude como norma social de reconhecimento e legitimidade. As reflexões de Cida Bento (2022) demonstram que a preservação histórica dos privilégios raciais produz mecanismos institucionais e subjetivos que dificultam a inserção plena da população negra em espaços de prestígio social. Nos ambientes acadêmicos e profissionais, muitos sujeitos negros desenvolvem estratégias de hipervigilância e autocontrole permanente como formas de adaptação a contextos racialmente hostis. Embora tais mecanismos funcionem como recursos de sobrevivência social, frequentemente geram esgotamento psíquico, ansiedade crônica e sofrimento emocional prolongado.

As pesquisas sobre saúde mental da população negra também apontaram forte relação entre racismo institucional e dificuldade de acesso ao cuidado psicológico. Os estudos analisados indicam que pessoas negras enfrentam maiores obstáculos para acessar serviços especializados de saúde mental, além de frequentemente terem seus relatos minimizados ou deslegitimados pelas instituições de cuidado (Ministério da Saúde, 2021). A ausência de profissionais preparados para compreender os

impactos subjetivos do racismo contribui para a reprodução de práticas clínicas descontextualizadas, que individualizam sofrimentos produzidos socialmente.

A literatura evidenciou ainda que as mulheres negras ocupam posição particularmente vulnerável nos processos de adoecimento psíquico. A articulação entre racismo, sexismo e desigualdade econômica produz formas específicas de sofrimento relacionadas à sobrecarga emocional, à precarização do trabalho e à responsabilização histórica pelo cuidado coletivo. Conforme discutido por Lélia Gonzalez (2020), a experiência social das mulheres negras é atravessada por múltiplas formas de violência simbólica e material, frequentemente invisibilizadas pelas estruturas institucionais e pelos discursos universalizantes da saúde mental.

As discussões sobre necropolítica também apareceram de forma recorrente nas produções analisadas. As formulações de Achille Mbembe (2021) permitiram compreender como determinadas populações são submetidas a condições permanentes de vulnerabilidade e exposição à morte social e física. No contexto brasileiro, a juventude negra periférica ocupa posição central nesse regime de precarização da vida, marcado pela violência policial, pelo encarceramento em massa e pela ausência histórica de proteção estatal. Essas condições produzem impactos subjetivos profundos não apenas sobre indivíduos diretamente afetados, mas sobre famílias e comunidades inteiras.

Apesar do cenário de vulnerabilização identificado na literatura, os estudos também evidenciaram importantes estratégias coletivas de resistência e fortalecimento subjetivo desenvolvidas pelas populações negras. As experiências comunitárias, os movimentos sociais negros, as religiosidades de matriz africana e os espaços de produção cultural afro-brasileira apareceram como importantes fatores de proteção psicossocial. A valorização da identidade racial, o fortalecimento da consciência crítica e a construção de vínculos coletivos funcionam como mecanismos capazes de reduzir os impactos subjetivos do racismo estrutural.

As contribuições da Ignacio Martín-Baró (1996) mostraram-se particularmente relevantes para a interpretação dos resultados encontrados. A Psicologia Social Crítica permite compreender o sofrimento psíquico não como experiência exclusivamente individual, mas como expressão das contradições sociais produzidas pelas estruturas de opressão. A perspectiva crítica proposta pelo autor rompe com modelos patologizantes e evidencia a necessidade de práticas psicológicas

comprometidas com a transformação das condições históricas que produzem sofrimento.

Os resultados da análise indicam, portanto, que a saúde mental da população negra não pode ser compreendida de maneira dissociada das estruturas raciais que organizam a sociedade brasileira. O racismo atua simultaneamente como mecanismo de exclusão material, violência simbólica e precarização subjetiva, produzindo formas específicas de sofrimento que desafiam abordagens psicológicas universalizantes. A construção de práticas clínicas, institucionais e políticas comprometidas com a justiça racial exige o reconhecimento dessas especificidades históricas e sociais, bem como o desenvolvimento de estratégias de cuidado capazes de articular saúde mental, direitos humanos e enfrentamento das desigualdades raciais.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise desenvolvida ao longo deste capítulo permitiu compreender que o racismo estrutural não atua apenas como mecanismo de desigualdade econômica ou exclusão social, mas como força permanente de produção de subjetividades, sofrimento psíquico e precarização da vida da população negra. Ao atravessar instituições, práticas sociais e formas de reconhecimento, o racismo produz impactos que excedem a dimensão objetiva da violência material, alcançando os espaços íntimos da identidade, da autoestima, dos afetos e da constituição subjetiva dos sujeitos racializados.

As contribuições da Psicologia Social Crítica, articuladas aos estudos raciais e às perspectivas decoloniais, evidenciam que o sofrimento mental da população negra não pode ser interpretado de maneira descontextualizada ou individualizante. A experiência cotidiana da discriminação racial, da invisibilização social, da violência institucional e da desumanização simbólica produz formas específicas de adoecimento que desafiam modelos tradicionais de compreensão psicológica. Nesse sentido, o racismo deixa de ocupar posição periférica na análise da saúde mental e passa a ser reconhecido como um dos principais determinantes sociais do sofrimento psíquico no contexto brasileiro contemporâneo.

As reflexões de Frantz Fanon (2020), Neusa Santos Souza (2021) e Grada Kilomba (2019) demonstram que a violência racial produz marcas subjetivas profundas, frequentemente naturalizadas pelas próprias estruturas sociais. O sujeito

negro constitui-se em uma sociedade organizada por referências normativas de branquitude, circunstância que produz experiências contínuas de negação simbólica, suspeição social e necessidade permanente de validação. Tais experiências interferem diretamente nos modos de constituição identitária e nos processos de elaboração psíquica do sofrimento.

Ao mesmo tempo, o estudo evidenciou que as práticas institucionais de cuidado ainda apresentam importantes limitações no enfrentamento das desigualdades raciais em saúde mental. O racismo institucional presente nos serviços públicos, a ausência histórica de formação racialmente crítica nos cursos da área da saúde e a predominância de modelos universalizantes de atendimento contribuem para a invisibilização das especificidades do sofrimento psíquico racializado. Muitas experiências produzidas pelo racismo continuam sendo interpretadas como problemas exclusivamente individuais, desconsiderando os mecanismos estruturais que organizam a violência social vivida pela população negra.

Nesse cenário, as contribuições de Ignacio Martín-Baró (1996) assumem relevância fundamental ao defender uma psicologia comprometida com as condições concretas de existência das populações historicamente oprimidas. A Psicologia Social Crítica rompe com perspectivas neutras e abstratas de compreensão do sofrimento humano, propondo análises capazes de relacionar subjetividade, poder, violência estrutural e desigualdade social. O sofrimento psíquico deixa, assim, de ser percebido apenas como manifestação individual e passa a ser compreendido como expressão das contradições históricas produzidas pelas estruturas de opressão.

O capítulo também permitiu reconhecer que, apesar da violência estrutural que atravessa a experiência histórica da população negra, existem importantes processos de resistência subjetiva e coletiva construídos nos espaços comunitários, culturais, religiosos e políticos. A valorização das identidades afro-brasileiras, o fortalecimento da consciência racial crítica e a atuação dos movimentos negros constituem mecanismos fundamentais de enfrentamento da violência simbólica e de reconstrução das experiências de pertencimento e dignidade social. A resistência negra, nesse contexto, não se limita à sobrevivência diante da opressão, mas produz formas próprias de elaboração subjetiva, produção de conhecimento e afirmação da humanidade historicamente negada.

A construção de políticas públicas e práticas clínicas comprometidas com a justiça racial exige, portanto, o reconhecimento de que a saúde mental não pode ser

dissociada das condições históricas de desigualdade produzidas pelo racismo estrutural. Mais do que ampliar o acesso aos serviços de cuidado psicológico, torna-se necessário desenvolver práticas institucionalmente comprometidas com uma escuta racialmente situada, capazes de reconhecer os impactos subjetivos da discriminação racial e enfrentar os mecanismos sociais que sustentam o adoecimento da população negra.

Por fim, compreender o racismo como fenômeno estrutural implica reconhecer que o sofrimento psíquico racializado não constitui consequência secundária das desigualdades brasileiras, mas expressão direta das formas históricas de organização social construídas desde a colonialidade. A psicologia, ao assumir compromisso ético e político com a transformação dessas estruturas, pode contribuir não apenas para a elaboração do sofrimento individual, mas também para a construção de formas mais humanas, democráticas e antirracistas de existência coletiva.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Silvio. **Racismo estrutural**. 2. ed. São Paulo: Jandaíra, 2023.
- BENTO, Cida. **O pacto da branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.
- CARTER, Robert T. Racism and psychological and emotional injury: recognizing and assessing race-based traumatic stress. **The Counseling Psychologist**, v. 35, n. 1, p. 13-105, 2007.
- CERQUEIRA, Daniel et al. **Atlas da violência 2022**. Brasília: IPEA; FBSP, 2022.
- CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Referências técnicas para atuação de psicólogas/os em políticas públicas de saúde para a população negra**. Brasília: CFP, 2022.
- FANON, Frantz Fanon. **Pele negra, máscaras brancas**. 3. ed. Salvador: EDUFBA, 2020.
- GONZALEZ, Lélia Gonzalez. **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil**. 3. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.
- KILOMBA, Grada Kilomba. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.
- LIMA, Marcus Eugênio Oliveira; VALA, Jorge; GONÇALVES, Gina (orgs.). **Racismo, discriminação e saúde mental no Brasil**. São Paulo: Blucher, 2021.
- MALDONADO-TORRES, Nelson. A topologia do ser e a geopolítica do conhecimento: modernidade, império e colonialidade. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (orgs.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2020.
- MARTÍN-BARÓ, Ignacio Martín-Baró. O papel do psicólogo. **Estudos de Psicologia**, Natal, v. 2, n. 1, p. 7-27, 1996.
- MBEMBE, Achille Mbembe. **Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte**. 4. ed. São Paulo: n-1 edições, 2021.
- MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Saúde da população negra no Brasil: relatório de indicadores**. Brasília: Ministério da Saúde, 2021.
- RIBEIRO, Djamila Ribeiro. **Lugar de fala**. 2. ed. São Paulo: Jandaíra, 2020.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. **O fim do império cognitivo: a afirmação das epistemologias do Sul**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.
- SOUZA, Neusa Santos Souza. **Tornar-se negro: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social**. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.
- WERNECK, Jurema; BATISTA, Luís Eduardo; LOPES, Fernanda (orgs.). **Saúde da população negra**. 3. ed. Brasília: ABPN, 2021

Agência Brasileira ISBN
ISBN: 978-65-6153-016-3